

As dificuldades dos camponeses assentados de permanecer e produzir na terra em lotes irregulares no assentamento São Judas: uma análise sobre avanços e limites da reforma agrária

The difficulties remain and produce in the land of peasants seated in irregular settlement lots São Judas: an analysis on advances and limits of agrarian reform

Las dificultades siguen siendo y producir en la tierra de los campesinos asentados en asentamiento irregular lotes São Judas: un análisis sobre los avances y límites de la reforma agraria

Francieli Aparecida Zenatti

Mestranda em Educação e Territorialidade, UFGD, Brasil.
franzinati@outlook.com

Rodrigo Simão Camacho

Professor Doutor, UFGD, Brasil
rodigocamacho@ufgd.edu.br

RESUMO: O trabalho é uma pesquisa qualitativa que tem o objetivo de compreender os desafios e perspectivas que os produtores irregulares enfrentam para permanecerem em seus lotes em diferentes aspectos: econômico, social, político e cultural. Para isso aprofundamos na questão agrária e regularização de lotes, com as leituras ficou claro que a questão agrária no Mato Grosso do Sul, é predominantemente de concentração de terras, por isso, a importância da Reforma Agrária, o Assentamento São Judas em Rio Brillante foi criado pela política de reforma agrária em 1999, onde foram assentadas 187 famílias, das quais hoje 99 famílias cederam o direito ao uso da terra para terceiros, e essas famílias que hoje residem nesses lotes e lutam pela documentação junto ao INCRA, alguns produtores já conquistaram a documentação necessária para produzir e comercializar a produção do lote, e essa documentação interfere diretamente na renda das famílias. As famílias que ainda não possuem toda a documentação continuam produzindo no lote, todos os entrevistados demonstraram uma forte ligação com a terra e a produção na agricultura familiar.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Assentamento São Judas, Agricultura Camponesa.

Summary: The work is a qualitative research that aims to understand the challenges and perspectives that producers face to stay in their irregular batches in different aspects: economic, social, political and cultural. For this we have the issue and agrarian regularization of lots, with the readings it became clear that the agrarian question in Mato Grosso do Sul, is predominantly land concentration, so the importance of Agrarian Reform, the St. Jude Settlement in Rio Brilliant was created by the land reform policy in 1999, where 187 families were settled, of which 99 families today ceded the right to use the land to third parties, and these families today reside in these lots and fight for documentation by the INCRA, some producers have already conquered the documentation necessary to produce and market the production batch, and this documentation directly interferes in household income. Families who still do not have all the documentation continue producing in the batch, all the respondents demonstrated a strong link with the land and production in agriculture.

Keywords: Agrarian Reform, Settlement St. Judas, Peasant Agriculture.

Resumen: El trabajo es una investigación cualitativa que pretende entender los retos y perspectivas que enfrentan los productores para permanecer en sus lotes irregulares en diferentes aspectos: económico, social, político y cultural. Para ello contamos con el tema y regularización agraria de los lotes, con la lectura se convirtió en claro que la cuestión agraria en Mato Grosso do Sul, es predominantemente por concentración de la tierra, la importancia de la reforma agraria, el establecimiento de St. Jude en Río de Janeiro Brillante fue creada por la política de reforma agraria en 1999, donde colocaron a 187 familias que 99 familias hoy cedió el derecho de uso de la tierra a terceros, y de estas familias hoy en día residen en estos lotes y luchan por la documentación por el INCRA, algunos productores ya han conquistado la documentación necesaria para producir y comercializar el lote de producción, y esta documentación interfiere directamente en el ingreso de los hogares. Familias que aún no tienen toda la documentación seguir produciendo en el lote, todos los encuestados demostraron un fuerte vínculo con la tierra y la producción en la agricultura.

Palabras clave: Reforma Agraria, Asentamiento San Judas, Agricultura Campesina.

INTRODUÇÃO

Precisamos entender a importância da reforma agrária em nosso país, que desde a vinda dos portugueses, tem suas terras exploradas, e podemos observar no nosso próprio estado de Mato Grosso do Sul a grande concentração de terras nas mãos de poucos. No entanto, através da luta o povo conseguiu que fosse feita a Reforma Agrária para garantir a permanência do camponês no campo.

Em Rio Brilhante não é diferente, através da reforma agrária foram criados vários assentamentos, dentre eles, o Assentamento São Judas, com 187 famílias contempladas, mas algumas dessas famílias não conseguiram permanecer no lote por falta de políticas de permanência. As fazendas desapropriadas para criação de assentamentos geralmente são de terras enfraquecidas pela monocultura, e no caso do Assentamento São Judas, não foi diferente, assim, as famílias quando chegaram no lote não conseguiram produzir, pois não tinham verba e nem assistência técnica para poder corrigir o solo, com isso, muitas famílias acabaram cedendo o direito ao uso da terra, “vendendo”, para essas novas famílias que passaram a residir no assentamento. Algumas não tinham conhecimento sobre a proibição da venda de lotes, e procuraram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹ para regularizar sua situação.

A partir dos diálogos informais, a observação-participante e as entrevistas com questionários semiestruturados com os produtores que comparam os lotes no Assentamento São Judas em Rio Brilhante - MS, pudemos analisar a diferença das dificuldades de permanência, de produção e modo de vida entre os que já conseguiram a documentação junto ao INCRA, e os que ainda não conseguiram, bem como essa documentação influenciou no aumento de renda. Através das entrevistas, mapeamos quantos lotes estão vendidos no assentamento, e quanto tempo às pessoas entrevistadas residem nos lotes, qual sua renda principal e o que produzem para o consumo da família.

Com esse trabalho buscamos compreender as dificuldades que os produtores irregulares enfrentam para permanecerem em seus lotes em diferentes aspectos: econômico, social, político e cultural; compreender as razões que levaram as pessoas a estarem irregulares; realizar diagnósticos e comparações entre condições dos agricultores regulares e irregulares no Assentamento São Judas; aprofundar os conhecimentos a respeito da regularização dos lotes pelo INCRA e identificar se existe alguma relação entre as irregularidades dos lotes e a renda familiar.

OBJETIVOS

¹O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia do Governo Federal, vinculada ao ministério do desenvolvimento Agrário (MDA). Tem por missão principal promover a reforma agrária de maneira justa e sistematizada. Disponível em: <http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_de_Coloniza%C3%A7%C3%A3o_e_reforma_Agr%C3%A1ria>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Objetivo geral:

- Compreender os desafios e perspectivas que os produtores irregulares enfrentam para permanecerem em seus lotes em diferentes aspectos: econômico, social, político e cultural.

Objetivos específicos:

- Refletir acerca da importância da Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul;
- Compreender as razões que levaram as pessoas a estarem irregulares com relação aos seus lotes;
- Aprofundar os conhecimentos a respeito da regularização dos lotes pelo INCRA;
- Identificar se existe alguma relação entre as irregularidades dos lotes e a diminuição do número de assentados.
- Reconhecer o modo de vida dos camponeses no Assentamento São Judas;
- Pesquisar a produção e a renda dessas famílias no Assentamento São Judas.

METODOLOGIA

O presente artigo tem como metodologia a leitura de artigos e documentos, bem como pesquisa sobre reforma agrária e regimento do INCRA, para aprofundar os conhecimentos sobre regularização de lotes. Foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo.

Observação participante, tendo em vista que a autora mora em um lote irregular no assentamento São Judas; Diálogo com 11 produtores do assentamento São Judas, para levantamento dos lotes vendidos;

Levantamento de dados por meio de um questionário semi-estruturado onde entrevistamos 10 famílias que “compraram” seus lotes, sendo 5 famílias que vivem em lotes regulares e 5 famílias em lotes irregulares. Com estes dados construímos gráficos e tabelas para fazer as nossas análises de comparação das diferentes realidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ASSENTAMENTO SÃO JUDAS, RIO BRILHANTE-MS

A questão agrária de Mato Grosso do Sul se origina desde a separação do Estado do Mato Grosso que resultou em dois Estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No estado de Mato Grosso do Sul é predominantemente a concentração de terras desde a sua origem, pois se trata de um estado que sempre foi dominado pela classe dos grandes proprietários de terras. Como afirma Almeida; Kudlavicz e Silva (2012, p.05):

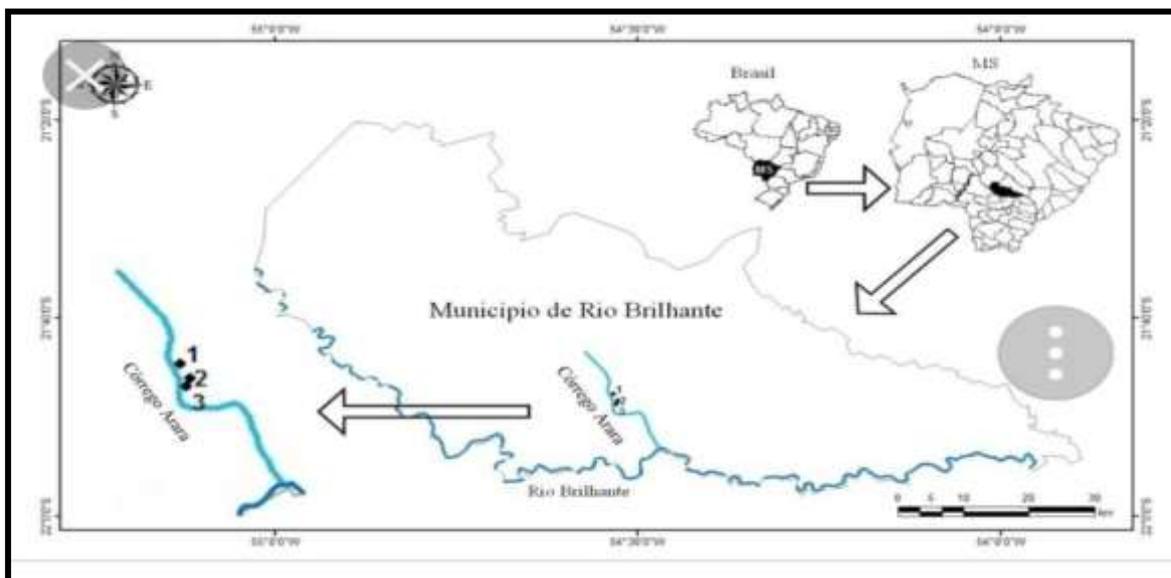
Esse processo de ocupação do sul do antigo estado de Mato Grosso, centrado na grande propriedade e na atividade pecuária, gerou uma classe de grandes proprietários de terra que dirigiu o processo de divisão do estado de Mato Grosso e a fundação, em 1977, do estado de Mato Grosso

do Sul. O próprio processo separatista, gestado durante décadas e levado a cabo no governo militar de Geisel, foi um projeto político da classe dos proprietários de terras.

O Estado do Mato Grosso do Sul desde sua divisão sempre teve sua estrutura fundiária alicerçada na concentração de terras, devido a isso se fez necessário à luta pela reforma agrária. Muitas ocupações e acampamentos foram criados ao longo desses 38 anos de emancipação. Vale ressaltar que ocupação é o processo quando ocupam a terra (fazenda) para pressionar o governo a desapropriar ou acelerar a negociação com proprietário, e o acampamento é quando fazem barracos geralmente nas beiras de rodovias para esperar uma área de assentamento, nesse cenário de luta pela terra não podemos esquecer-nos da participação ativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), pois muitos dos Assentamentos de Mato Grosso do Sul foram formados com a ajuda do MST (ALMEIDA, 2006). De acordo com Melo (2017) entre os anos de 1988 a 2014 foram registradas no Mato Grosso do Sul 604 ocupações, envolvendo 92.226 famílias, e o MST foi responsável por 72 ocupações, envolvendo 23.475 famílias. Mas, como afirma Melo (2017), as ocupações e acampamentos diminuíram muito, pois a demora para desapropriar terras desestimula as famílias. Segundo dados do INCRA apud Melo (2017), em 2017, o número de famílias assentadas no Mato Grosso do Sul era de 27.764 distribuídas em 204 assentamentos, totalizando uma área de 716.212,19 (ha).

O Assentamento São Judas está localizado em Rio Brillante a sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil. Veja o mapa de Rio Brillante na figura 1.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Rio Brillante

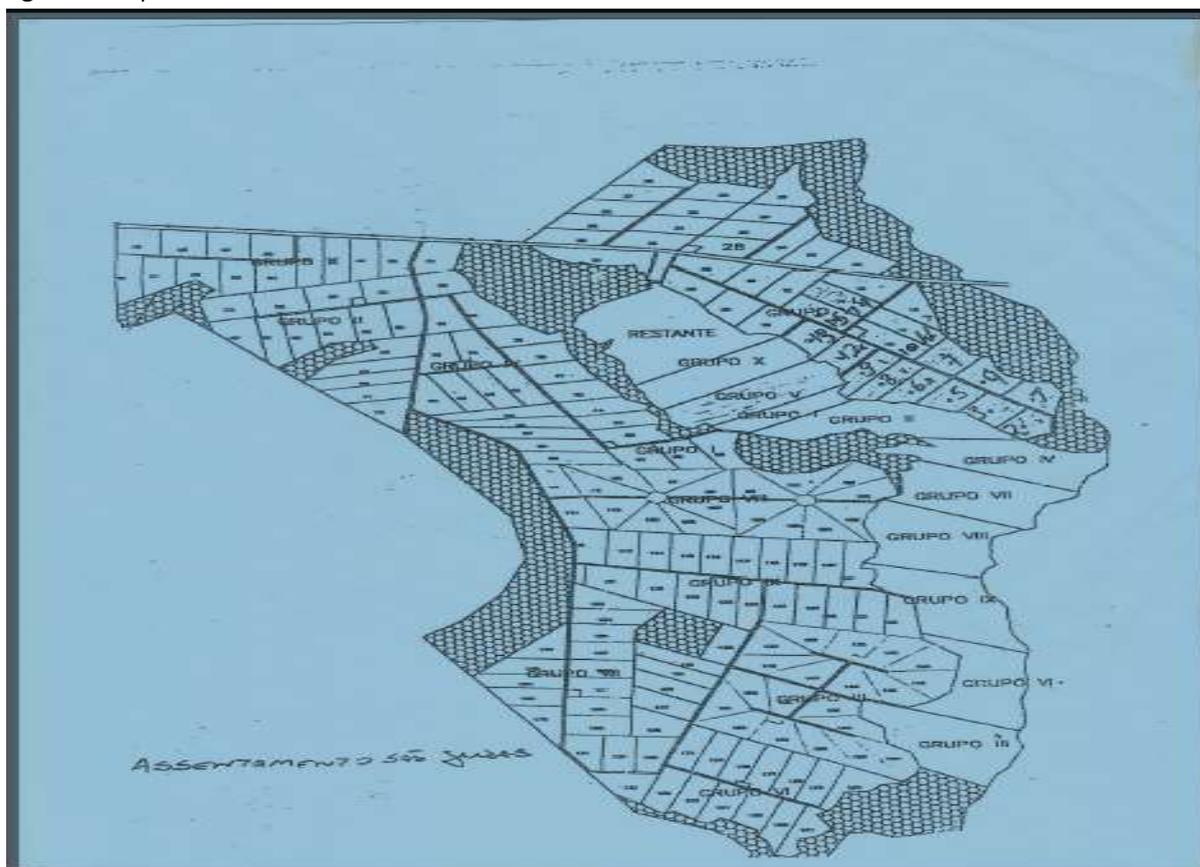


Fonte: Google Maps.

Foi um projeto criado e reconhecido pelo INCRA, teve início em 1998, mas os lotes foram divididos em 12 de março de 1999. As terras do Assentamento foram das respectivas fazendas: Capão Redondo, Carrapicho, São Judas Tadeu e Salada, em uma área de 4.010,600 (ha.). Contemplou 187 famílias, possui uma área total de 4.000 hectares organizados em lotes com média de 13 hectares cada, formando 11 pequenos grupos, que são demarcados por

travessões. A área destinada ao assentamento São Judas foi desapropriada para atendimento de parte da demanda por terra, sendo fruto de uma negociação política entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA e antigos proprietários². Vejamos o mapa do assentamento São Judas na figura 2:

Figura 2: Mapa do Assentamento São Judas



Fonte: INCRA (2018)

Segundo Aldo, no documentário de mulheres assentadas do São Judas, esse assentamento foi negociado com o INCRA para resolver problemas do excedente do Assentamento Santa Rosa, da região pantaneira. Então, aqui vieram famílias de vários lugares. Não houve conflito pela terra, autorizado à vinda, a terra já estava pré-negociada. No processo de negociação e luta pela terra, as famílias contaram com organizações apoiadoras, dentre elas o grupo ligado ao Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), que levou para o Assentamento os princípios da produção coletiva, mas hoje, como o fim da produção coletiva, cada família trabalha em seu lote.

Cada família após conquistar o seu lote, iniciou uma nova luta por: habitação, estradas, educação, saúde, energia elétrica, água encanada e outros. Foram muitas as dificuldades, alguns poços não davam água, outros “esbarrancavam”, a terra não era boa para o plantio,

²Informação retirada do documentário: “mulheres assentadas: (re)construindo trajetórias”.

tinha que ser feita à correção do solo, o que dificultava e, muito, a plantação para a subsistência. Até porque as famílias não tinham condições financeiras para investir no lote. Porém, o sonho de terem suas terras era maior. Muitas famílias vinham de situações complicadas: aluguéis muito caros, morando de favor com parentes, passando dificuldades na cidade e outras realidades, por isso, permaneciam na luta. Apesar de tudo, não poderíamos deixar de lembrar os bons momentos coletivos: as comemorações (com pastel de palmito retirado do mato), o chimarrão, o tereré tomado com os amigos, as pescarias, a solidariedade em dividir o pouco que se tinha.

A COMPRA E VENDA DE LOTES NO ASSENTAMENTO SÃO JUDAS

Com as grandes dificuldades que os assentados encontraram no início para conseguir renda suficiente para o sustento da família devido à falta de políticas públicas e incentivos, muitos venderam ou cederam suas terras, o que fez com que hoje cerca de 52% dos lotes já estejam na mão de terceiros, ou seja, o assentamento tem 187 lotes, destes, 99 foram vendidos ou trocados. Alguns sabiam que era proibida a venda, outros que “compraram”³ nem sabiam no momento. As pessoas que “compraram” os lotes procuraram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para tentar regularizar a situação, porém poucas pessoas conseguiram a documentação necessária. Este fato ocasiona grandes dificuldades, pois não conseguem emitir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)⁴, acessar as linhas de crédito e, alguns, não conseguem comercializar seus produtos, pois não possuem a Inscrição estadual, que é um documento que os produtores precisam para comprar e vender seus produtos, bem como para poder comprar vacina junto ao Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO).

O INCRA alega que não possui verba para vistoriar os lotes, fizeram uma parceria com a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER)⁵, mas, mesmo assim, há pouca regularização. A proposta do INCRA seria titularizar⁶ todos esses lotes quando o assentamento completasse 10 anos, no entanto, já se passaram 19 anos, e isto não aconteceu. Muitos assentados estão desanimando, pois não conseguem regularizar sua situação perante o INCRA e, por isso, muitos arrendam ou vendem seus lotes e se mudam para cidade, com isso, houve uma diminuição enorme no número de estudantes na escola localizada no assentamento que, por isso, corre o risco de fechar, pois hoje conta somente com 99 alunos

³ Vamos utilizar o termo entre aspas porque não existe compra e venda de lotes no assentamento tendo em vista que os assentados não possuem o título do mesmo, o que existe é o direito ao uso da terra.

⁴ DAP é a declaração de Aptidão ao PRONAF que identifica o produtor familiar. DAP permite o acesso ao crédito rural em condições especiais de juros. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/02/dap-facilita-acesso-de-agricultores-familiares-ao-credito-rural.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

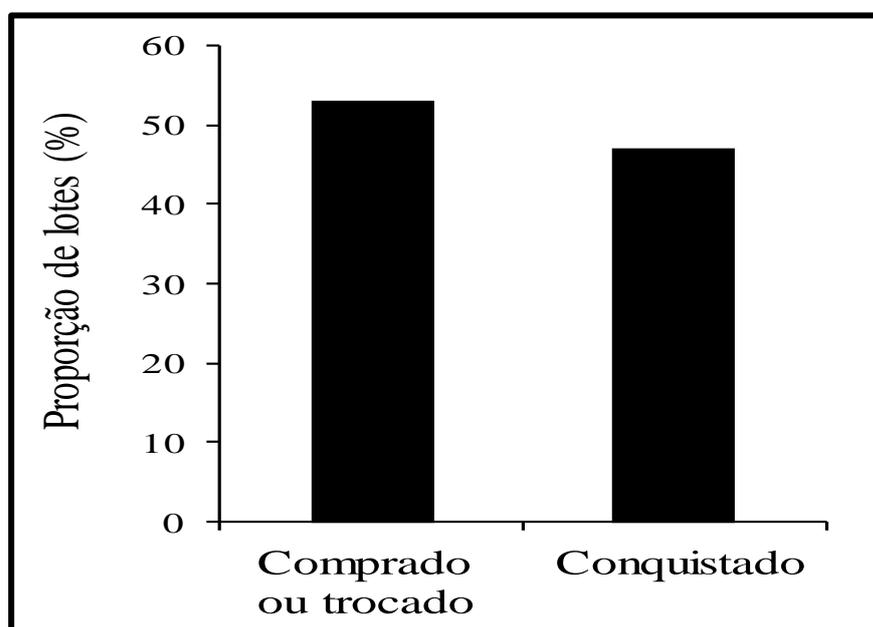
⁵ A AGRAER tem a missão de definir as políticas e a coordenação das atividades de assistência técnica, extensão rural, pesquisa e outros serviços ligados ao desenvolvimento da agricultura e pecuária. Disponível em: <<http://www.agraer.ms.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

⁶ Este assunto é polêmico, pois titularizar significa o Estado deixar de ter obrigações com o assentado e estimular a sua venda para os grandes proprietários de terra, concentrando a terra novamente.

matriculados, mesmo contando com estudantes oriundos de outros assentamentos e fazendas próximas.

Legalmente a venda de lotes da reforma agrária é proibida. De acordo com normas do INCRA encontradas no Contrato de Concessão de Uso, cláusula IV: “É vedado a unidade familiar negociar ou, por qualquer forma, transferir a terceiros a posse ou direitos do imóvel, decorrentes da presente concessão de uso”. Mas, como já relatamos, muitos assentados não tinham condições de produzir e acabaram cedendo seu direito. Como podemos observar no gráfico¹, a comparação em porcentagem entre os lotes vendidos ou cedidos e os regulares.

Gráfico 1 - Comparação entre a porcentagem de lotes comprados ou trocados com os lotes conquistados no Assentamento São Judas



Fonte: autora (2018)

Segundo os dados da nossa pesquisa, dentre os entrevistados, 50% dos que “compraram” o direito ao uso da terra não sabiam que era proibido, ficaram cientes disso somente quando procuraram o INCRA para regularizar a situação de permanência no lote, pois somente ele pode conceder o uso da terra, tendo assim o produtor que ressarcir os valores gastos com a propriedade assim que o concedente emitir o título da terra (CCU, cláusula, X). Apesar disso, houve muitas vendas e trocas irregulares, isso aconteceu, pois os assentados não conseguiam produzir, e não havia fiscalização da parte do governo, devido a isso o INCRA começou fazer vistorias e legalizar alguns lotes. Mas, poucos assentados conseguiram toda a documentação necessária, dentre as documentações concedidas pelo INCRA está a Certidão, que certifica o produtor como assentado do projeto de assentamento, e inscrito no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), onde desenvolve atividades de economia familiar no lote. Com a Certidão o produtor pode fazer sua Inscrição Estadual, que permite vender e comprar produtos, assim como inscrever e manter vacinados o rebanho da propriedade mediante a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO).

Também é fornecido pelo INCRA o Contrato de Concessão de Uso (CCU), que permite a Unidade Familiar a concessão de uso do imóvel, assim como o uso da terra e explorá-la direta e pessoalmente, bem como preservar o meio ambiente, inclusive as áreas de reserva legal. Com o CCU o produtor pode dar entrada na Declaração de Aptidão (DAP) que permite acessar as linhas de créditos para a Agricultura familiar.

Com base nas entrevistas realizadas com os camponeses do assentamento São Judas, podemos constatar que poucas famílias conseguiram toda a documentação do INCRA, o que dificulta a permanência e impossibilita, muitas vezes, de conseguir extrair toda a renda da família da propriedade. Dentre os 5 produtores entrevistados que moram em lotes irregulares, 4 deles relataram que precisam trabalhar fora da propriedade para complementar a renda da família. Sobre isto, vejamos a tabela 1:

Tabela 1 – Número de famílias que necessita trabalhar fora da propriedade para complementar a renda

Produtores em lotes	Renda extraída apenas da propriedade.	Renda complementada com trabalho fora da propriedade
Regulares	4 famílias.	1 família.
Irregulares	1 Família.	4 famílias.

Fonte: Autora (2018).

A maior parte dos entrevistados já possui a Certidão e o CCU, faltando somente a Declaração de Aptidão, o que impossibilita o acesso a linhas de créditos. A maioria relata que com o crédito investiriam em pastagens e vacas leiteiras. Os produtores que não possuem a certidão e o CCU, não conseguem vender e nem comprar nada no seu nome, dependendo assim de terceiros para vender a mercadoria produzida no lote.

A PRODUÇÃO FAMILIAR DE ALIMENTOS PARA AUTOCONSUMO E A VENDA DO EXCEDENTE: UMA ANÁLISE DO MODO DE VIDA E PRODUÇÃO DOS ASSENTADOS QUE “COMPRARAM” SEUS LOTES

O Assentamento São Judas possui 99 lotes vendidos dos 187 do total, mas diferente do que afirmam Prates e Augusto (2012), que os lotes dos assentamentos são vendidos para virar sítios de lazer para final de semana ou comércio, a realidade do Assentamento São Judas é outra, as pessoas que “compraram” o direito ao uso da terra, tinham/tem alguma ligação com a terra e com o local onde vivem, e muita vontade de cultivar, muitos nem sabiam que era proibida compra e venda de lotes. Foram famílias vindas de outros Estados e até de outro país (Paraguai) em busca de um pedaço de terra para produzir o alimento de sustento para a família.

Algumas famílias entrevistadas chegaram logo no início do assentamento, cerca de 16 anos atrás. Segue a tabela 2 sobre o tempo de permanência das famílias entrevistadas que “compraram” os lotes no assentamento São Judas:

Tabela 2- Tempo de permanência das famílias entrevistadas que “compraram” os lotes no assentamento São Judas

FAMÍLIAS	TEMPO DE PERMANÊNCIA NO LOTE
2 FAMILIAS	16 ANOS
3 FAMILIAS	15 ANOS
1 FAMILIA	14 ANOS
2 FAMILIAS	11 ANOS
1 FAMILIA	5 ANOS
1 FAMILIA	3 ANOS

Fonte: Autora (2018).

As famílias “compraram” o lote como uma forma de sobreviver. Os primeiros que chegaram, com filhos pequenos, pouco dinheiro, não conseguiriam comprar terra em outro lugar, e o sonho de todos era exatamente esse: cultivar a terra. É isso que estão fazendo, apesar das dificuldades encontradas no início e até hoje, porque muitos não têm garantia nenhuma sobre o lote, mas, estão produzindo, tirando o sustento da família com produtos que produzem, consomem e vendem.

De acordo com a nossa pesquisa, 60% dos entrevistados têm como principal fonte de renda o leite; 20% planta lavoura⁷ no seu lote; 10% cria gado de corte para vender e 10% tem como principal renda a criação de bicho da seda. Segue abaixo o gráfico 2 com a principal produção do lote dos entrevistados:

Gráfico 2- Principal atividade produtiva nos lotes “comprados” no Assentamento São Judas.



Fonte: Autora (2018).

Além da produção principal que gera renda, as famílias cultivam pequenas lavouras para o autoconsumo: criação de galinhas, porcos e gado de corte para a subsistência, e acabam vendendo o excedente. Todos os entrevistados têm um pomar, e plantam algum tipo de

⁷ Lavoura: preparação e cultivo da terra; plantação de alimentos para a família e venda do excedente.

alimento no lote, além de criação de animais, e alguns têm horta. Segue abaixo as figuras com as imagens das produções dos entrevistados (figuras 3, 4, 5, 6 e 7):

Figura 3—Criação de porcos e galinhas pelos assentados que “compraram” seus lotes



Fonte: Autora (2018)

Figura 4: Lavoura para autoconsumo(amendoim, mandioca, batata doce e pipoca) dos assentados que “compraram” o lote.



Fonte: Autora(2018).

Figura 5: Pomar de laranja e limão dos assentados que “compraram” o lote



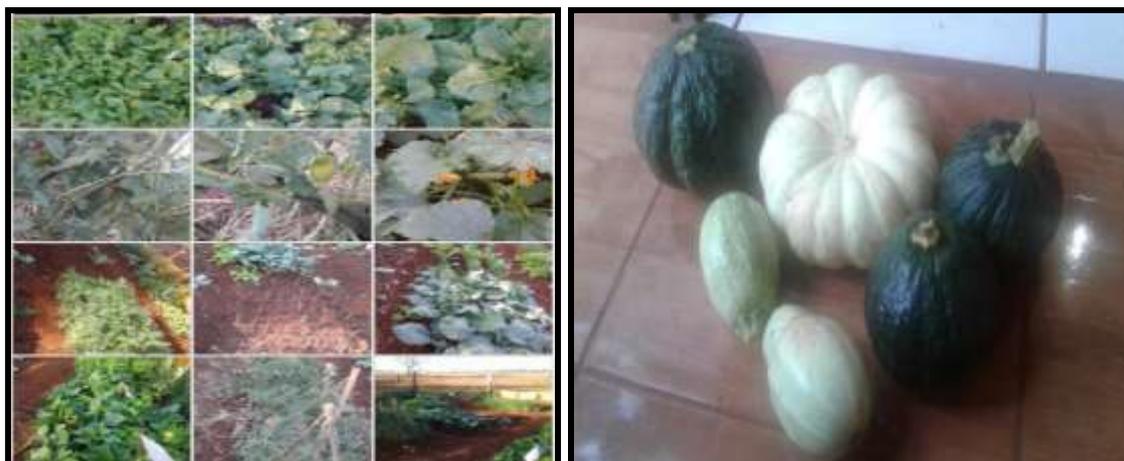
Fonte: Autora (2018).

Figura 6:Criação de vacas leiteiras pelos assentados que “compraram” o lote



Fonte: Autora(2018).

Figura 7: Hortas com produção de abóboras, alface, tomate, rúcula e cebolinha pelos assentados que “compraram” o lote



Fonte: Autora(2018).

A renda familiar dos assentados que “comparam” seus lotes varia de 2 salários mínimos a 4 salários mínimos. Entre os entrevistados, 5 deles, retiram a renda apenas do sítio, dentre estes, 4 famílias tem a documentação do INCRA e conseguiram acessar a linha de crédito, contam que isso ajudou muito no aumento da renda, pois investiram em melhorias no sítio (pastagens, correção de solo, vacas de leite e gado de corte).

Todos aderiram ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁸ e estão em dia com o pagamento, pois se o produtor pagar certo as parcelas tem desconto de 40%, o que facilita para o agricultor. As outras 5 famílias entrevistadas precisam complementar sua renda fora do lote, mas dentro do próprio assentamento, 3 dessas pessoas trabalham na escola, e outras 2 trabalham de diaristas para terceiros.

As famílias entrevistadas que estão devidamente documentadas pelo INCRA (5 famílias), todas acessaram a linha de crédito do PRONAF A⁹ e fizeram várias melhorias no sítio, atualmente o valor do PRONAF A é de R\$ 25.000,00, com esse recurso, as famílias, fizeram a correção de solo, adubação em pastagens, melhorias nas cercas da propriedade e compraram vacas de leite e de corte, isso ajudou no aumento da renda. Dessas famílias, somente uma precisa complementar a renda fora da propriedade.

Dentre as famílias que ainda não possuem toda a documentação (5 famílias), uma família falta somente a Declaração de Aptidão (11 anos que reside no assentamento), duas famílias não conseguiram o CCU e a declaração de aptidão (respectivamente, 16 e 11 anos que residem no lote) e duas famílias ainda não tem nenhuma documentação (respectivamente, 5 e 3 anos que residem no lote). Dessas famílias somente uma consegue extrair toda a renda da família do lote, as outras precisam complementar.

⁸ PRONAF destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp>. Acesso em: 10 ago. 2018.

⁹ PRONAF A é o primeiro Pronaf e quem pode aderir são agricultores familiares do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou do Programa de Crédito Fundiário (PNCF) enquadradas nos grupos “A” e “AC” do PRONAF. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Estabelecendo uma comparação dos relatos entre as famílias com lotes regulares e famílias com lotes irregulares, podemos considerar que a falta de documentação dificulta a produção dos assentados, pois a renda não é suficiente para investir em melhorias nas pastagens e cercas, correção de solo etc. que viabilizaria uma produção com mais qualidade.

Mas, apesar de todas as dificuldades encontradas, seja com documentação irregular, falta de verba para melhorar o lote, dentre outras situações, todas as famílias relatam que preferem permanecer no lote, “pois é um lugar tranquilo, onde sabemos o que estamos comendo”, diz o produtor 4. Ou também, como diz a produtora 7: “é muito bom criar os filhos no campo para poder ensinar os valores que aprendi com meus pais”. O produtor 10 diz que “aqui a gente planta de tudo um pouco e não comemos as químicas que tem na cidade, a gente, às vezes, passa apertado, mas fome, jamais vamos passar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de conhecer melhor a realidade das famílias que “compraram” o direito ao uso da terra no assentamento São Judas. Pudemos compreender que o motivo que os levaram a fazer isso foi o desejo de ter um pedaço de terra para produzir o alimento mais saudável para a família, e diferente dos relatos de outros assentamentos que as pessoas compram os lotes para comércio ou lazer, no assentamento São Judas, as famílias residem no lote e vivem da agricultura com trabalho familiar, produzindo para vender e, também, para autoconsumo da família.

Os lotes têm plantações diversificadas, como pomar, lavouras, horta e criação de animais. E apesar de todas as dificuldades encontradas por serem irregulares, os agricultores assentados permanecem no lote porque possuem uma relação de identidade com a terra, pois a maioria dos entrevistados já foi agricultor e não quer deixar de viver e produzir no campo.

AGRADECIMENTOS

Aos moradores do Assentamento São Judas que contribuíram diretamente com meu trabalho respondendo o questionário, foram prestativos e esclareceram dúvidas e possibilitaram o resultado da pesquisa.

À família e amigos pelo apoio e incentivo, e grande ajuda com fornecimento de material para pesquisa.

Aos professores da Faculdade Intercultural Indígena, e em especial, ao professor/doutor Rodrigo Camacho que é também meu orientador.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire A de.; KUDLAVICZ, Mieczslau; SILVA, Tânia Paula da. Agropecuária e transformações territoriais em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na última década: estudo comparativo dos dados censitários. In: ARAÚJO, Ana C. de, BATISTA, Luiz Carlos, VARGAS, Icléia Albuquerque (Orgs.). **Dinâmicas do Rural Contemporâneo**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2014.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do Campesinato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América latina: aportes de La via campesina e da CLOC, **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.38, n.140, p. 705-724, jul./set., 2017.

BRASIL. INCRA. **Contrato de Concessão de Uso, Cláusulas e Condições**. (Não publicado).

BRASIL. INCRA. **DAP, é a declaração de Aptidão ao pronaf**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/02/dap-facilita-acesso-de-agricultores-familiares-ao-credito-rural-html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. INCRA. Portaria do INCRA/SR- 16/Nº 083/98, de 09 de outubro de 1998.

BRASIL. INCRA. **Regularização de lotes**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em 04 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul –SR(16).

BRASIL. PRONAF. **PRONAF e PRONAF A**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp>. Acesso em: 10 ago. 2018.

HISTÓRIA DO BRASIL. **História do descobrimento do Brasil resumida**: os primeiros contatos entre portugueses e índios, o escambo, a exploração do pau-brasil. Disponível em: <<https://www.historiadobrasil.net/descobrimto>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MELO, Souza Danilo. Aluta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade, **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 20, n. 39, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marchado Campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária, **Revista Estudos avançados**, vol.15, n.43, São Paulo, set./dez. 2001.

PRATES, Clara Maria; AUGUSTO Leonardo. **Áreas destinadas à reforma agrária são vendidas de forma ilegal para virar sítios**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/02/12/interna_politica,277496/areas-destinadas-a-reforma-agraria-sao-vendidas-de-forma-ilegal-para- virar-sitios.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2018.